

As juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil

Post-pandemic the youths: making courses and strategies for youth protagonism

Ivany Pinto Nascimento
Universidade Federal do Pará
Belém-Brasil

Eliana do Socorro de Brito Paixão
Universidade Federal do Amapá
Macapá-Brasil

Resumo

O artigo aborda os desafios que a juventude brasileira enfrenta atualmente. Para isso, foi utilizado o Relatório da Pesquisa Nacional sobre Juventude e a Pandemia do Coronavírus, de 2021. O objetivo da pesquisa foi o de analisar os desafios que a juventude brasileira vive atualmente no contexto pós-pandêmico na perspectiva da educação, do trabalho e de renda e das perspectivas de futuro. Para tanto, a metodologia que adota residiu na pesquisa de abordagem qualitativa e documental (CELLARD, 2008), cuja base foi a Pesquisa Nacional sobre Juventude e a Pandemia do Coronavírus – 2. edição. Para análise dos dados, foi utilizada a análise temática de Braun e Clark (2008). Os resultados assinalam a necessidade de políticas governamentais para as juventudes permanentes e eficazes para contribuir com o traçado de rumos mais inclusivos, uma vez que as juventudes são o nosso futuro.

Palavras-chave: Juventude; Novos rumos; Protagonismo.

Abstract

The article addresses the challenges that Brazilian youth is currently facing. For this, the 2021 Report of the National Research on Youth and the Coronavirus Pandemic was used. The objective of the research was to analyze the challenges that Brazilian youth are currently experiencing in the post-pandemic context from the perspective of education, work and income and future prospects. To this end, the methodology it adopts resides in research with a qualitative and documental approach (CELLARD, 2008), based on the National Survey on Youth and the Coronavirus Pandemic – 2nd edition. For data analysis, the thematic analysis of Braun and Clark (2008) was used. The results point to the need for permanent and effective government policies for youth to contribute to the tracing of more inclusive paths, since youth are our future.

Keywords: Youth; New directions; Protagonism.

Introdução

O presente artigo, intitulado *As juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil*, aborda os desafios que a juventude brasileira vivencia atualmente. Para tanto, a metodologia que adotamos residiu na pesquisa de abordagem qualitativa e documental (CELLARD, 2008), onde tivemos por base, para a abordagem do tema, a *Pesquisa Nacional sobre Juventude e a Pandemia do Coronavírus*, publicada em maio de 2021, na 2. edição (CONJUVE *et al.*, 2021).

Para análise dos dados, utilizamos a análise temática de Braun e Clark (2008) que possibilita caracterizar os temas contidos nas informações coletadas a partir do agrupamento dos dados. Os principais passos seguidos nesse tipo de análise foram: a) leitura, transcrição e codificação das informações; b) seleção de temáticas com base no relatório mencionado e foco nas seguintes dimensões: Aprendizagens, Trabalho e Perspectivas de futuro. Utilizamos outras fontes afins para consolidar a nossa abordagem.

O Mundo paralisou desde 2020. Simbolicamente, essa parada não significou que a população do planeta parou suas atividades. Significa que a disseminação do SARS-CoV-2 funcionou como divisor das rotinas de vida da população do planeta, antes e depois do surto da pandemia de Covid-19 se instalar. Já somam 697.762 óbitos (BRASIL, 2023).

Em função do auto índice de contaminação, foi preciso realizar alguns protocolos de segurança. Não restam dúvidas de que o mundo se ajoelhou para as medidas iniciais de prevenção sem que elas assegurassem a proteção total. Dentre elas, podemos citar o isolamento e a quarentena, o fechamento de escolas e universidades, comércios e inúmeras atividades profissionais (FARO *et al.*, 2020).

No Brasil, vivemos e sofremos com a crise sanitária que se instalou com a chegada da pandemia do covid-19. Além dessa crise, tivemos a combinação de outras que se instalaram bem antes da pandemia, como: a social, a política, a econômica e a educacional, acentuadas em meio às políticas de caráter negacionista, privatistas neoliberais que em nada contribuíram para assegurar a proteção da população. Houve, também, o imperativo de equacionar inúmeros problemas que se arrastaram e se acentuaram com o contexto pandêmico. Atualmente, muito embora o aparecimento de novos casos seja considerado leve e controlável, com recuperação maior em função das vacinas e respectivas doses, na nossa compreensão, ainda vivemos um contexto pandêmico, a despeito do número de óbitos menor se comparado aos dois anos anteriores.

Mundialmente, a pandemia do SARS-CoV-2 comprovou constantemente questões, como: os impactos nefastos da diminuição das responsabilidades e investimentos do Estado nas políticas de saúde, educação, assistência e proteção ao emprego e renda. Esses e outros aspectos que ainda reverberam, atualmente, nos contextos brasileiros denunciaram o descompromisso com a população humana, assim como ratificaram que o governo não poderia eximir-se da responsabilidade e do dever de implementar medidas de intervenções nas economias nacionais; estimular e fortalecer aqueles investimentos que protegiam a sobrevivência das populações com a instituição de políticas e planejamentos que propiciassem a contenção do crescimento de novos casos de contágios e mortes; do aumento da miséria da população pobre e da falência generalizada de empresas em meio à conjuntura pandêmica.

A crise socioeconômica, resultante dos avanços da política neoliberal, agravou-se com a crise sanitária, provocada pela pandemia do Covid-19. Essas crises evidenciaram que seus efeitos atingiram todos os humanos, mas não da mesma forma, visto que, a intensidade maior, possivelmente foi sentida naquelas populações, grupos ou segmentos sociais invisibilizados pela sociedade, tais como: pessoas que viviam em situação de pobreza extrema ou na informalidade ou com contratos temporários e precarizados de trabalho; idosos em situação de abandono; população de rua; pessoas privadas de liberdade; refugiados; povos indígenas; quilombolas; extrativistas; ribeirinhos; assentados e acampados; dentre outros. Reiteramos que políticas públicas consistentes devem ser efetuadas pelo Estado na medida em que são necessárias para assegurar direitos universais, como: saúde, assistência social, educação, moradia, emprego, salário e renda, entre outros.

Não podemos desconsiderar que esse contexto trouxe um número significativo de notícias sobre infecções, internações, óbitos crescentes por Coronavírus como não se conhecia no mundo desde a gripe espanhola em 1918-1920. Como efeito de todo esse cenário, as incertezas, as dúvidas, a ansiedade e a tristeza não deixaram de se instalar na população do país. Esses e outros aspectos que contagiaram o cenário brasileiro agravaram-se pelo desgoverno que assolou o país e ainda perdura, além de reforçar atitudes negacionistas para desqualificar a ciência em relação aos protocolos de proteção, tratamento e vacinas.

Desse modo, os desafios intensificaram-se para a maioria dos profissionais, não

somente aqueles envolvidos com o atendimento direto dos infectados pelo vírus da Covid-19, mas também para aqueles profissionais envolvidos com os demais processos e que lutavam pela sobrevivência. Inegavelmente, a maioria desses profissionais viveu a procura de arranjos que funcionassem como alternativas para driblar a crise que se aprofundou dia após dia no país (WANG *et al.*, 2020) (MORIN; CARRIER, 2021).

Os desafios foram substanciais para cada um de nós, encharcado de sofrimento, isolamento, perdas afetivas, perdas materiais, desesperança, dentre outros aspectos emocionais e desestimuladores sem respostas claras quanto aos protocolos mais seguros contra o vírus da Covid-19 e sua exterminação. Foram aproximadamente dois anos e alguns meses, vividos com a insegurança que se mantém. Muito embora já tenhamos a liberação das máscaras de proteção pelos órgãos oficiais de saúde, dentre outros itens do protocolo de segurança, encontramos pessoas que não renunciaram a elas, uma vez que ainda faz parte de nossa realidade casos de Covid.

Vale destacar, que durante este processo pandêmico o outro, humano, passou a ser visto de longe, contrariando as relações próximas fisicamente e afetuosas, conforme aprendemos com a nossa cultura. Os rituais de cumprimentos e manifestações de afeto migraram da face a face e do corpo a corpo para as redes de comunicação como *WhatsApp*. Em meio a esse cenário mórbido, vivido e não esquecido pela população brasileira, pudemos realizar o sonho da vacinação, mesmo após milhares de óbitos.

Não restam dúvidas que um número expressivo da população atendeu ao chamado para a vacinação, o que simbolizou também a resistência e o enfrentamento ao Coronavírus e ao negativismo. Enquanto a outra parte da população permanecia na negação por acreditar que a vacina faria mal de acordo com o discurso de nossa governança e de algumas vertentes religiosas. A partir das sequências de doses de vacinas aplicadas na população, foi possível constatar que os casos de infecção se tornaram leves, assim como o decréscimo de óbitos, sobretudo no ano de 2022.

Ainda não conhecemos os efeitos desse contexto nas diferentes faixas de idade da população, mas de acordo com pesquisas em andamento, verificamos que foram muito mais negativos do que positivos para a vida e saúde mental da população, não somente brasileira, como também, nos demais países.

Em meio a esse cenário, perguntamos: quais os desafios que a juventude brasileira vive atualmente nesse contexto pós-pandêmico quanto à educação, trabalho, renda e à

perspectiva de futuro? O objetivo da pesquisa que deu origem a este artigo foi o de analisar quais os desafios que a juventude brasileira vive atualmente nesse contexto pós-pandêmico quanto à educação, trabalho, renda e à perspectiva de futuro. Não nos propomos esgotar as respostas para essa pergunta, pois ela nos serve muito mais como parâmetro para abordar e refletir sobre os rumos da juventude brasileira no contexto pós-pandemia nas perspectivas elencadas.

Desse modo, tomamos, como apoio, estudos realizados nessa direção que contribuíram com a nossa abordagem e, sobretudo, os resultados da Pesquisa Nacional sobre Juventude e a Pandemia do Coronavírus, 2. edição (CONJUVE *et al.*, 2021), a partir das seguintes questões norteadoras:

- SAÚDE: quais têm sido os impactos na saúde física e mental de jovens e quais são suas expectativas para o futuro?
- VIDA PÚBLICA: como as juventudes sentem e projetam a dimensão política em suas vidas?
- EDUCAÇÃO: quais os efeitos e perspectivas para a continuidade dos estudos e chances de aprendizado?
- TRABALHO E RENDA: qual tem sido a condição de trabalho e renda das juventudes no atual cenário e quais alternativas possíveis e desejáveis para estruturação da vida profissional?

A relevância deste artigo, portanto, assenta-se nos aspectos sociais, educacionais e políticos, pois poderá induzir discussões acerca de novas evidências a partir da percepção de jovens de diferentes regiões e realidades sociais, sobre os efeitos da pandemia em suas vidas e na sociedade para subsidiar políticas e programas para as juventudes; fortalecer e consolidar um processo de articulação com as juventudes e criação de mecanismos para ampliar a voz de jovens e seus anseios; pautar e influenciar o debate público; e fortalecer as decisões públicas ou privados, por meio de um processo de diálogo e articulação social.

Considerações iniciais sobre o perfil dos jovens participantes das pesquisas

As faixas de idades pesquisadas, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua (IBGE, 2020), em todas as regiões do país foram: de 15 a 17 anos (21%); de 18 a 24 anos (47%); e de 25 a 29 anos (32%). O Brasil tem cerca de 50 milhões de

As juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil

jovens (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021), o que representa quase 1/4 de toda nossa população, segundo o relatório mencionado.

De acordo com esse Atlas (2021, p. 17), a Região Norte apresenta as maiores taxas de juventude com 43,0% da população da região com menos de 24 anos de idade. Dessa região, destacamos o estado do Amapá com 29,1% de jovens de uma população que totaliza 877.613 e o estado do Pará com 2.270.872 jovens o que representa aproximadamente 25% de uma população de 8.442.962. Já a Região Nordeste apresenta um percentual de 23% de jovens entre 15 e 29 anos de uma população de 53.081.950, sendo a segunda região mais populosa do território brasileiro. Enquanto as Regiões Sul e Sudeste assinalam números menores da população de jovens. Essas duas representam 32,3% e 32,6%, respectivamente, enquanto os estados do Centro-Oeste e o Distrito Federal ficam mais próximos da média brasileira de jovens aproximadamente 30%.

O Relatório Nacional sobre Juventude e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE et al., 2021) aponta que existe no Brasil a predominância de jovens pretos e pardos o que representa 51% e 10%, respectivamente. Os contextos de vida desses grupos assinalaram maior vulnerabilidade durante a pandemia e, atualmente, nesse contexto pós-pandêmico, esse grupo se encontra exposto ao racismo estrutural do país o que diminui, sem dúvida, suas oportunidades.

De forma semelhante ocorre com os grupos de jovens indígenas, Lésbicas, Bissexuais, Gays, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais (LBGTQIA+), dentre outros que vivem na Amazônia, como: jovens da floresta, jovens ribeirinhos, jovens do campo etc. Implica em dizer que, no Brasil, temos construções de juventudes em diferentes contextos brasileiros. De onde pesquisamos, podemos afirmar que as juventudes da região Norte, por suavez, guardam demandas específicas perpassadas pelo Bioma Amazônico, onde suas condições existenciais são urdidas.

Os impactos da pandemia na vida de jovens, sem dúvida, acentuaram-se e são vividos por essa juventude de forma negativa quanto à saúde, a educação, as oportunidades e a realização de seus projetos de vida, o que configura uma ameaça de que as dificuldades pelas quais as juventudes ainda vivenciam na atualidade, não sejam superadas. A falta de superação pode fazer com que a juventude configure-se como “uma geração perdida” (NERI, 2021a, p. 13), caso não se tenha políticas públicas e respectivas ações que possam reverter esses impactos.

A denominação “juventude perdida” nos coloca frente ao processo ensino-aprendizagem desses jovens na pandemia. Mesmo que os esforços dos professores fossem exaustivos, para a superação das dificuldades desses jovens com a nova modalidade de ensino, por inúmeras razões, eles não conseguiram acompanhar a nova metodologia de ensino remoto. Uma delas pode residir nos processos de aprendizagem anteriores a pandemia nos quais já apresentavam *déficits* que, por sua vez, são considerados históricos, diante das desigualdades socioeconômicas, de acordo com o estudo realizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) e o Instituto Unibanco (BARROS, 2021). Esses *déficits*, além de agravarem-se, sem dúvida, durante a pandemia, foram evidenciados com maior ênfase com a mudança de formato de ensino, desvelando uma questão educacional cristalizada ao longo do tempo.

Segundo a CETIC.BR (2021), 3,9 milhões de crianças e adolescentes ainda residem em domicílios sem computador e sem acesso à internet, o que perfazem 16% da população entrevistada na pesquisa realizada por essa entidade. As desigualdades entre crianças e adolescentes relativas às classes sociais com acesso à internet são marcantes. Nas classes A, B e C, os que têm acesso à internet em casa perfazem 100%, 98% e 92%, respectivamente. Já com relação às classes D e E, o número cai para 67%. Esse número é ainda mais preocupante quando se verifica por região brasileira. Os usuários da Região Norte foram os que utilizaram em menor proporção o uso de aplicativos de ensino da escola, ou da Secretaria de Educação (44%) e de site, rede social ou plataforma de videoconferência 52%.

Juventude e aprendizado escolar: implicações para continuidade de estudos

O Atlas da Juventude (2022), elaborado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) (NERI, 2021b), assinala que no ano de 2018, aproximadamente 11,8% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos de idade, que se encontravam entre os 20% da população com os menores rendimentos, abandonaram a escola sem concluir o Ensino Básico. Esse contingente representa um percentual 8 vezes maior que o desse mesmo grupo etário entre os 20% com maiores rendimentos (1,4%). Esses dados são corroborados pela PNAD-Covid (IBGE, 2020) que em 2020 apontou que 19,2% dos adolescentes de 15 a 17 não frequentaram a escola, com destaque para a Região Norte (40%) e Nordeste (20,6%).

Com base na amostra de 68.114 jovens, que representam todos os estados do país, em

As juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil

um ano de pandemia, segundo a pesquisa nacional mencionada no Atlas, verificamos um aumento no número de jovens que não estão estudando, ou seja, encontram-se fora da escola. Dos 36% da amostra referida que, em 2021, declararam não estarem na escola ou na faculdade, 6% trancaram ou cancelaram suas matrículas e 29% concluíram seus estudos. Contudo, aqueles 64% jovens matriculados e que encontravam-se assistindo as aulas *online*, um número de 7% não conseguiu acompanhar as aulas. Segundo o Censo escolar de 2021, dentre 1,4 milhão da população entre 5 a 17 anos que não frequentou a escola, 470.241 (34%) possuíam 5 anos e 488.758 (35%) tinham 17 anos.

A pesquisa, realizada por Nascimento (2021) sobre *As emoções, o cotidiano e o ensino no contexto de pandemia: representações sociais de professores*, verificou que alunos de escolas públicas de Belém e moravam em bairros e municípios distantes não conseguiram acompanhar as aulas pelas seguintes situações: a) dificuldades em manter o sistema de internet; b) pacotes de dados do celular muito limitado; c) dificuldades anteriores; e c) o celular era utilizado para os demais membros da família se comunicarem.

Por isso, houve um aumento da proporção de jovens que não estudam e não trabalham, passando de 10% em 2020 para 16% em 2021. Houve uma redução de 32% para 25% em 2021 daqueles que estudam e trabalham nas diversas faixas etárias: 15 a 17; 18 a 24; e 25 a 29. A questão financeira na vida desses jovens, somado aos problemas emocionais, é uma, dentre as justificativas para aqueles que trancaram suas matrículas ou se evadiram da escola.

Dentre as motivações para continuar estudando, as principais são: a preocupação com o futuro e o ingresso no mercado de trabalho. Essas motivações, em maior escala, encontram-se, sobretudo com as jovens e em menor escala com os jovens. Nos finais de março de 2020, houve um aumento de 56% daqueles que trancaram ou cancelaram suas matrículas. Consideramos que a evasão escolar, juntamente com as dificuldades de aprendizagem é um efeito perverso da pandemia sobre o processo escolar.

O Relatório Nacional sobre Juventude e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE et al, 2021) informa que, potencialmente, em 2021, 43% já pensavam em não retornar aos estudos, sendo de 15 a 17 anos (32%) e de 18 a 24 anos (49%). São dados alarmantes e refletem os desafios de sobrevivência para esses jovens. Segundo a PNAD-Covid (IBGE, 2020), em 2020 as Regiões Norte e Nordeste continuaram a se destacar quando se tratava de Ensino Médio Incompleto. Na Região Norte são 28,4% e Nordeste (18,3%) de jovens que não concluíram o Ensino Médio. No Norte, destacamos o estado de Roraima com 38,6% e no Nordeste o

estado da Bahia com 30,7%. Esses dados nos fazem pensar que, a curto e longo prazo, os prejuízos na vida dessa juventude podem agravar-se, caso não sejam superados, principalmente naqueles grupos de jovens historicamente vulneráveis pelas desigualdades socioeconômicas.

Outro aspecto que merece destaque no abandono escolar são os problemas emocionais desencadeados pela reclusão, falta de socialização, lazer e perspectiva durante a pandemia. A ansiedade, o tédio, a impaciência e a desesperança foram os sentimentos mais citados que acompanharam a vida de jovens durante a pandemia. Esses sentimentos foram desencadeados pelas perdas, falta de espaço para estudar em casa, dentre outras dificuldades.

A agressividade e a falta de compreensão entre familiares fizeram com que jovens brasileiros saíssem de casa e fossem morar nas ruas. O aumento da violência doméstica agravou-se em muitos lares pelo acúmulo de tensões entre seus membros. O elevado uso de drogas para reduzir as tensões provocou fatalidades, dentre outras situações sofridas por inúmeras famílias.

Consideramos que esses e outros aspectos emocionais desencadeados pelo contexto pandêmico, juntamente com os agravantes socioeconômicos para a sobrevivência e, ainda, as dificuldades tecnológicas, dentre outros mencionados, fizeram com que os aprendizados escolares fossem secundarizados e até mesmo postergados para um outro momento, no qual as condições de sobrevivência fossem minoradas.

A impossibilidade de utilização de recursos de aprendizagem digital aumentou a divisão entre jovens e desvelou as desigualdades sociais que já existiam entre jovens de família menos favorecidas e aqueles de famílias mais abastadas financeiramente, os quais podiam inclusive auxiliar as atividades remotas de seus filhos.

Esses aspectos abordados que envolvem o prejuízo das aprendizagens escolares dessas juventudes também ajudaram na desqualificação da escola e conseqüente abalo em sua representação, por parte das juventudes, como importante para suas vidas. Não podemos esquecer que a escola tem sua função para além da educação formal, pois ela é responsável pelo desenvolvimento de habilidades socioemocionais e impulsionadora de descobertas quanto às aspirações e realização de projetos, assim como a formação para e exercício da cidadania desses jovens.

As juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil

Incluimos, nesse processo de escolarização, a construção de consciência crítica e reflexiva para o amadurecimento emocional e a superação de conflitos. Vale destacar que a escola, na contemporaneidade, tem seu papel na formação da identidade. Desse modo, a escola é um lugar de socialização, onde esses jovens aprendem a conviver com o diferente e a construir valores, além daqueles familiares. Entretanto, é preciso repensar o modelo de escola. Nóvoa e Alvim (2021, p. 8) afirmam com propriedade que:

A escola precisa de mudanças profundas. O modelo escolar está no fim. Precisamos de uma *metamorfose da escola*, de uma transformação da sua forma. O mais importante é construir ambientes escolares propícios ao estudo e ao trabalho em conjunto. Aprender não é um ato individual, precisa dos outros. A auto-educação é importante, mas não chega. O que sabemos depende, em grande parte, do que os outros sabem. É na relação e na interdependência que se constrói a educação.

Esse excerto assinala a importância da escola e do outro para o processo de aprendizagens. A falta de encontro, a conversa com os colegas e o sentimento de pertencer a uma instituição são importantes para as aprendizagens de convivência e trocas de experiências entre jovens. Esses aprendizados estendem-se para as relações com os professores e demais pessoas que dão vida a escola. Toda essa dinâmica psicossocial escolar que, por proteção manteve-se ausente durante a pandemia, foi sentida e representada por esses jovens como perdas também, uma vez que os vínculos afetivos, tecidos no chão da escola, distanciaram-se.

Podemos confirmar que as aprendizagens escolares formam um complexo de aspectos que, juntos, determinam o desenvolvimento dos processos de escolarização e das aprendizagens, relacionados no decorrer dessa dinâmica. Desse modo, contribuem para que essas juventudes encontrem seus lugares no mundo, na sociedade, seus respectivos anseios individuais e coletivos e, dessa forma, participem do projeto de uma sociedade cada vez mais igualitária e inclusiva.

Trabalho e outras oportunidades: desafios para a sobrevivência

A falta de trabalho acelerou o processo de altas taxas de desemprego, assim como o decréscimo de ofertas de estágio remunerado. As oportunidades se eram limitadas se tornaram maiores, especialmente se esses jovens não preenchiam os requisitos necessários, além de outros grupos de jovens que, mesmo preenchendo os requisitos, já eram excluídos ou pela questão racial ou pelas necessidades específicas, dentre outros preconceitos, ainda,

não superados pela sociedade brasileira. Nesse sentido, a desmotivação e a desesperança passaram a acompanhar o dia a dia da vida, especialmente de jovens, cuja renda familiar eram e ainda são restritas.

Reiteramos que as intensidades com as quais os impactos da pandemia disseminaram-se na vida de jovens são diferenciados. Jovens que se encontram em condições financeiras precárias, com fragilidades nos vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos, possivelmente são os mais afetados pelos impactos da pandemia, além daqueles grupos de jovens que já enfrentavam a exclusão.

A complexidade desses impactos aumenta para aqueles jovens que vivem sozinhos ou que constituíram família. Para além desses pontos, não podemos deixar de evidenciar o aumento das desigualdades sociais e como consequência o agravamento dos contextos de vulnerabilidade na vida da juventude brasileira, uma vez que o acesso aos serviços e bens essenciais, que garantiam a sobrevivência, encontram-se cada vez mais raros, durante e após a pandemia.

O Atlas da Juventude de 2021 constatou que no Brasil, no ano de 2017, havia jovens, vivendo em situação de extrema pobreza, que representavam 8,3%. Enquanto 30,1% viviam em situação de pobreza, sobrevivendo com o equivalente a US\$ 1,90 (R\$9,75) e US\$ 5,5 (R\$ 28,21) por dia, respectivamente, considerando a equivalência de fevereiro de 2023.

Ao cotejarmos a participação de jovens com renda que contribuem no domicílio com as pessoas que dividem moradia com ele (a) no início da pandemia (maio/2020) e com um ano depois (abril/2021), verificamos no Relatório Nacional sobre Juventude e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE *et al.*, 2021) que houve diferença. Desse modo, constatamos que houve aumento considerável de dependentes financeiramente, subindo de 37% para 40%. Significa que aqueles que ajudavam financeiramente podem ter perdido o emprego.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) (2023), esse cenário se tornou ainda mais desafiador por conta da pandemia, porque, apesar dos avanços em determinadas áreas até 2019, entre 2020 e 2022 alguns indicadores que compunham a pobreza multidimensional (alimentação, renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação) pioraram.

A privação de renda *per capita* para alimentação era de 16,1% em 2020, em 2021 subiu para 25,7%. Esses dados revelam a precarização de sobrevivência e o quanto é desafiador

conviver com insegurança alimentar e nutricional por insuficiência de renda. O Unicef (2023, s/p) reforça que, “os avanços conquistados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes ao longo dos anos em vários campos podem se estagnar e regredir, principalmente em situações de crise, como a pandemia de Covid-19”.

Segundo o Atlas da Juventude (2021), em 2021, 47% de jovens trabalhavam, sendo 30% como aprendizes, 36% estavam procurando emprego e 17% nem estavam trabalhando e nem procurando trabalho. O número de jovens que não estudam e nem trabalham (os chamados nem-nem) é grande. No Brasil, 23% da população entre 15 e 29 anos de idade que representam mais de 11 milhões de jovens, não estudam e nem trabalham, segundo o IBGE (2019, p. 23).

Conforme Conjuve *et al.* (2021), os jovens que estão trabalhando são aqueles, cujos empregos são com carteira assinada 36% (principalmente mais velhos) e como aprendizes 15%. Os jovens com trabalhos autônomos (49%) encontram-se centralizados na faixa dos 25 a 29 anos e em áreas urbanas. O trabalho doméstico sem remuneração é mais comum na faixa dos 15 a 17 anos e em áreas rurais.

Nos parece óbvio que a maioria dos jovens não desenvolveu habilidades em alguma área específica, se pensarmos que as oportunidades para eles, com o primeiro emprego proporcionarão aprendizagens para tal objetivo. É importante, que as portas do primeiro emprego ou estágio se abram e favoreçam oportunidades para essas juventudes. Outra maneira de apoiá-las a ingressarem no mercado de trabalho é levando até elas o ensino de tecnologias por meio da escola, como cursos de programação, robótica, desenvolvimento de *software*, *game*, dentre outras para que possam ampliar seu leque de experiências e assim, desenvolver suas habilidades conjuntamente com a sua formação cidadã.

De acordo com Pochmann (2021), os jovens enfrentam dificuldades para encontrar trabalho ou manterem vínculo empregatício, uma vez que, além de inexperientes, as oportunidades são raras. A complexidade é maior entre jovens pobres, pois eles são empurrados pela necessidade para ‘correr atrás’ de renda a fim de fazer frente às despesas familiares ou da sua sobrevivência.

Essa corrida compromete a sua escolaridade e o impede de obter alguns requisitos de aprendizagens e experiências que contribuiriam com a sua qualificação profissional. Com efeito, esse jovem está fadado a obter trabalhos ou estágios, cujos requisitos inserem-se na mão de obra barata. É como se ele entrasse em um ciclo que dificulta a sua saída, visto que ele não tem tempo de melhorar com estudo a sua qualificação.

Portanto, um dos grandes desafios que o Brasil enfrenta é a inclusão da juventude no mercado trabalho. Devemos nos preocupar com números crescentes e alarmantes de jovens que permanecem sem estudo e sem trabalho. A visão que se tem é que escola e o trabalho para essa juventude parecem caminhar em direções contrárias, não havendo conexões para que ambos possam trabalhar em parceria na perspectiva das aprendizagens e da formação dessa juventude. Nos últimos anos, o Brasil tem um bônus demográfico de juventude que atualmente aproxima-se de mais de 50 milhões de jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade que, segundo o Atlas da Juventude (2021), representam cerca de 1\4 da população brasileira.

Isto nos coloca frente a urgência de qualificar esses jovens, em altos níveis de qualidade, uma vez que eles serão os protagonistas dos próximos ciclos de desenvolvimento do país, na medida em que o Brasil entrará em um processo acelerado de envelhecimento populacional. O debate deve incidir na educação e no trabalho, posto que eles fazem parte das principais demandas da juventude brasileira nos últimos anos e, sobretudo, na pós-pandemia.

Essas questões nos remetem a outra que ainda não vencemos: as desigualdades sociais tão presentes na história da nossa sociedade e que refletem nos rumos de nossa juventude. Essa é uma situação que, sem dúvida, deve ser enfrentada com certa urgência, de forma persistente e sem trégua para que a nossa juventude tenha o campo vulnerabilidades de condições de vida cada vez mais diminuído e, ao mesmo tempo, possamos garantir pelo menos que um número crescente de jovens permaneça tanto na escola quanto no trabalho. Evidenciamos que as ações das políticas públicas para juventude brasileira não podem ser pontuais.

Quando nos remetemos ao ano de 2005, lembramos que no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), tivemos o início de um importante ciclo de políticas públicas de juventude no país, a partir da promulgação da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 (BRASIL, 2005). Nesse ciclo, foram estabelecidas as bases para articulação de ações voltadas para os jovens, principalmente a partir da instituição da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR).

O governo do presidente Lula foi sensível à necessidade de investir em uma política

nacional em ‘prol’ da juventude. O início ocorreu com a criação de diversos programas e políticas públicas que intencionavam a participação da juventude para que pudesse de forma ativa discutir sobre seus direitos e necessidades. Nesse contexto, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), com a função de reunir representantes de diversos segmentos da juventude para que juntos discutissem pautas referentes à formulação e ao monitoramento das políticas de juventude. Nesse cenário, surgiram as Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorridas em 2008, 2011 e 2015. Essas conferências evidenciaram-se por marcar espaço para a discussão e encaminhamento de demandas dos jovens brasileiros, principalmente daqueles com maior engajamento político.

Em 2016, a Presidenta Dilma Rousseff sofreu *impeachment*, motivado por golpe parlamentar-jurídico-midiático que a fez deixar a presidência. Nos anos de 2011-2014 e 2015-2016, tivemos um período de retrocessos políticos que atingiram, fortemente, as políticas de juventude e o andamento das discussões em seu foro. Os investimentos para a educação foram congelados por 20 anos, assim como as regras e garantias trabalhistas conquistadas desde a década de 1940 foram modificadas. Ademais, o Conjuve teve seu papel político finalizado (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018). Isto significou um retrocesso, uma vez que as agendas sobre a juventude foram esvaziadas. O Brasil, a partir desse golpe, ‘mergulhou’ em um regime desgovernado, antidemocrático reforçado pelo capitalismo financeiro em que tudo é mercadoria e o Estado não se responsabiliza pelos seus cidadãos como a juventude e outros grupos.

Dessa maneira, outras políticas públicas que vinham garantindo o direito de cidadania de grupos até então excluídos foram também desativadas. Todo esse movimento fortificou discursos de ódio sobre as ideologias contrárias e levantou bandeiras racistas, homofóbicas com a utilização de vertentes religiosas. Infelizmente, esse foi o contexto brasileiro vivido, juntamente com a pandemia e que persiste na pós-pandemia. Não poderíamos deixar de registrar, aqui, esses eventos ocorridos, muito embora de forma sucinta, para que possamos pensar na complexidade pela qual a população brasileira, sobretudo a juventude vive.

Não podemos esquecer que um dos rituais para o mundo adulto é tipificado pela atividade produtiva, segundo Nascimento e Rodrigues (2018). Muito embora, a relação de trabalho tenha se modificado, juntamente com o surgimento de outras profissões que acompanham o curso das transformações, especialmente no campo da tecnologia. O

trabalho remunerado, “simboliza a prestação de serviços à sociedade bem como a sua importância e utilidade para esta” (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 20).

O trabalho representa a autonomia, a possibilidade de valorização e independência, ao mesmo tempo que sinaliza desafios para novas aprendizagens e conhecimentos sobre si. O trabalho também auxilia na construção das juventudes enquanto sujeitos de direitos e deveres para com a sociedade, bem como favorece a compreensão da sociedade que vive e sua estrutura. Significa uma porta aberta para jovens tornarem-se produtivos e conscientes da necessidade de sua independência e de suas responsabilidades individuais e coletivas. Muitas vezes, essescaminhos vislumbrados em seus projetos de futuro incluem a melhoria de vida de sua família de origem.

Perspectivas de futuro: o que esperar?

A juventude brasileira não deixou de marcar com suas pegadas a existência de seus projetos para o hoje e para o amanhã. Todavia, esses projetos, ainda, encontram-se imersos em inúmeras dúvidas e indefinições, como: o retorno para a escola e o término dos estudos, assim como a procura por um trabalho ou estágio.

Consideramos que as ofertas de trabalho para a juventude brasileira recaem, massivamente, no campo do empreendedorismo com a justificativa de que o jovem seja alcance a sua autonomia e responsabilidade por si mesmo. Essa falácia encontra força na vertente neoliberal. A exemplo disto, constatamos que, em um ano, segundo o CEDAPS *et al.* (2022), milhões de empregos foram perdidos no país e o *iFood* teve crescimento de 418% no volume de negócios e triplicou o número de cidades nas quais atua, chegando a mais de 400 municípios, grandes e médios. Esses indicadores apontam, em grande medida, avanços em seu crescimento. O distanciamento social ampliou a demanda de sujeitos por esse tipo de emprego, pois a destruição de empregos aumentou a mão de obra disponível. Mesmo com a função de entregador do *iFood*, esses sujeitos não são considerados empregadores desses trabalhadores vinculados às suas plataformas.

Vale destacar que esse exemplo do *iFood* é um caso de empreendedorismo por necessidade o que descaracteriza a concepção clássica de empreendedorismo. Essa concepção conceitua o empreendedorismo como uma ação de alguém que tem uma ideia, tem capital e de antemão realiza pesquisa de mercado sobre aquele possível campo de

empreendimento. No caso do empreendedorismo por necessidade, o sujeito não tem capital e nem condições de fazer pesquisa de mercado. Ele monta um negócio por necessidade de sobrevivência.

Houve uma transformação profunda no perfil do empreendedor brasileiro. Segundo o relatório Global Entrepreneurship Monitor, ter o próprio negócio é o segundo maior sonho dos brasileiros e brasileiras (59%), ficando atrás apenas de viajar pelo Brasil (63%), mas à frente de ter casa própria (54%). (CEDAPS et al., 2022, p. 15)

A crise sanitária, além de dificultar a corrida das juventudes por empregos, empurrou muitas pessoas de 15 a 29 anos para o campo do empreendedorismo por necessidade, em um momento bastante desafiador para o ambiente de negócios do país. A minoração de postos de trabalho é uma realidade e uma tendência imposta pelas transformações da sociedade da informação, que tende a (re)inventar novas formas de ocupações e profissões. A informatização de setores, nos mais diversos segmentos econômicos e, conseqüentemente, a digitalização de atividades e tarefas, será, cada vez mais, frequente nas mais distintas dimensões da vida em sociedade.

Em face desse contexto, de certo modo perverso, entendemos que urge inserir as ações sugeridas a seguir na agenda governamental, bem como, discutir com os demais segmentos da sociedade, principalmente a educação, com a pretensão de amenizar os impactos das mudanças na vida dos jovens, com vistas à busca de oportunidades. Nesse momento, listamos algumas propostas que poderão ser adotadas pelos governantes, a fim de possibilitarem o atendimento das demandas da nossa juventude brasileira, quais sejam:

- Investir em uma política nacional e regional em ‘prol’ das juventudes;
- Estabelecer a articulação entre educação, trabalho e formação, posto que fazem parte das principais demandas da juventude brasileira nos últimos anos e, sobretudo, na pós-pandemia;
- Criar e implementar modelos de formação que consiga dar conta da redução do analfabeto tecnológico gerador de processo de exclusão.
- Garantir renda mínima para que as juventudes das classes populares possam se dedicar à educação sem o desespero de ter que batalhar por recursos para a sua sobrevivência e de sua família.

As questões abordadas ao longo deste estudo nos remetem a outra que ainda não vencemos: as desigualdades sociais tão presentes na história da nossa sociedade e que

refletem nos rumos de nossa juventude. Evidenciamos que as ações das políticas públicas para juventude brasileira não podem ser pontuais e nem fragmentadas.

Pensar sobre projetos de futuros de nossas juventudes na atualidade tornou-se cada vez mais complexo, conforme exposto no texto, pois necessitamos ampliar nossos conhecimentos sobre os contextos em que vivem essas juventudes, para junto com eles (as), desenhar os propósitos da educação, que adiantamos, encontram-se para além dos conhecimentos da linguagem e dos números. As nossas juventudes precisam traçar caminhos coletivos. A escola é fundamental nesse processo, a fim de que participem da construção de uma sociedade mais justa e menos desigual, visto que nossas juventudes não podem ser tratadas em nosso país como alienadas, como um grupo social que se perpetua nos nem-nem e sem-sem.

Nos últimos anos, as políticas educacionais, como o Prouni e a Lei de Cotas, sinalizaram avanços na garantia de uma educação mais democrática, mais inclusiva com o objetivo de reconhecer as diversidades das juventudes brasileiras. Sem dúvida, precisamos de mais políticas e ações efetivas que diminuam as desigualdades históricas e estruturais, na perspectiva de raça, gênero e classe (NERI, 2021b), sobretudo na educação. Nóvoa e Alvim (2021, p. 10) acrescentam que:

Os novos ambientes escolares têm de permitir às crianças e aos jovens, experiências que, de outro modo, nunca teriam tido. Por exemplo, o silêncio e a escuta, num tempo em que só ouvimos o som das nossas palavras. Por exemplo, a compreensão do outro, num tempo de tantas “proclamações identitaristas”. Por exemplo, a capacidade de nos “desconectarmos” para, assim, descobrirmos que o digital não esgota toda a existência humana.

Esses avanços somente serão possíveis com a participação, o envolvimento ativo das juventudes e do registro de suas propostas e experiências. Assim, acreditamos que não é possível pensar o futuro e o desenvolvimento de um país se não pensarmos na educação de qualidade de nossas juventudes, pois tanto a escola quanto as oportunidades de trabalho para essas juventudes são necessárias para a transformação social e o fortalecimento da democracia. Para Nóvoa e Alvim (2021), a educação além de adquirir uma herança, funda-se em projetar um futuro. Significa que poderemos construir estratégias eficazes para o protagonismo de nossas juventudes.

Considerações finais

Os jovens brasileiros precisam sair da inércia e traçar novos rumos para a sua atuação em seu país, enfrentar todo o discurso e ação antidemocrática que reforce a intolerância e ‘coisifique’ a vida dessa juventude. Porém, são necessárias políticas governamentais que incentivem os jovens a reagir, a superar o contexto nefasto de incipientes condições de sobrevivência que lhes tem sido imposto, historicamente, e se acirrou com o advento da pandemia de Covid-19. Um país mergulhado em águas profundas de desigualdades, em todos os âmbitos sociais, não é um país que deseja que sua juventude prospere e participe ativamente do seu desenvolvimento e enfrente questões, como as desigualdades socioeducacionais, dentre outras dívidas históricas que enfraquecem o Estado Democrático de Direito no Brasil.

Os novos rumos das nossas juventudes, ainda, precisam de alicerces para que possam superar as inseguranças e as incertezas quanto a vida atual e a futura. Os alicerces devem erguer-se a partir das vozes de nossas juventudes. A educação, o trabalho e as perspectivas de futuro não dependem somente de nossa juventude por si só, mas de políticas efetivas que expressem as necessidades coletivas. O debate aqui não se esgota, mas convoca a sociedade brasileira a não abrir mão da juventude e, dessa maneira, contribuir com o traçado de rumos mais inclusivos, mais prósperos, vistos que essas juventudes são o nosso futuro.

Referências

ATLAS DA JUVENTUDE. **Evidências para a transformação da juventude**, 2021. Disponível em: <http://www.atlasdasjuventudes.com.br/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BARROS, Ricardo de Paes *et al.* **Perda de Aprendizagem na Pandemia**. São Paulo: Instituto Unibanco – Insper, 2021.

BRASIL. **Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, DF, Presidência da República [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel coronavírus**, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 14 fev. 2023

BRASIL. Ministério da educação – INEP. **Censo Escolar**, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Using thematic analysis in psychology**, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psycho

logy. Acesso em: 24 nov. 2022.

CEDAPS et al. Jovens Construtores do Brasil. **Relatório Programa jovens construtores e o ecossistema de educação**, 2022. Disponível em: <https://observatorioept.org.br/rails/acae1c45a33f3/publicacao>. Acesso em : 24 nov. 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316

CETIC.BR. **O uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios**, 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_.pdf. Acesso em: 14 Dez. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVE et al. **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus** – 2. ed, 2021. Disponível em: https://observatorioept.org.br/rails/active_stor.pdf. Acesso em: 20 Set. 2022.
Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22676/file/multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 14 de Fev 2023

FARO, André et al. **COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7h/>.(Acessado em: 21 set. 2022).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). O que os domicílios contam. Rio de Janeiro. **Revista Retratos – IBGE**, set-out 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mb2dda34.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

MORIN, Charles; CARRIER, Julie. **Os efeitos agudos da pandemia COVID-19 sobre insônia e sintomas psicológicos**, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32595107/>. Acesso em: 21 set. 2022.

NASCIMENTO, Ivany Pinto; RODRIGUES, Sônia Eli. **Os jovens na pós-modernidade: caleidoscópio de seus projetos de vida**, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/articl>. Acesso em: 21 set. 2022.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. As emoções, o cotidiano e o ensino no contexto de Pandemia Representações Sociais de Professores. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 15., 2021; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CULTURA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 4., 2021, Belém. **Anais eletrônicos [...]**. Belém: UFPA, 2012. 15 p. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13122-programa-de-pos-graduacao-em-educacao-vai-discutir-os-problemas-atuais-que-envolvem-o-sistema-de-educacao-publica-no-brasil>. Acesso em: 21 set. 2022.

NERI, M. **A pororoca jovem: juventude e as mudanças demográficas** – Etapa 1 do Atlas da Juventude. São Paulo: FGV Social, 2021a.

NERI, M. **Atlas das Juventudes: evidências para a transformação das juventudes**. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas – FGV Social, 2021b.

NÓVOA, António.; ALVIM, Yara Cristina. **Os professores depois da pandemia**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mvX3xShv5C7dsMtLKTS75PB/?forma>. Acesso em: 14 Fev 2023.

PEREGRINO, Mônica, PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Rev. Cien. Soc.**, Montevideo, UY, 31(42), 127-150, 2018. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&p. Acessado em: 21 set. 2022.

POCHMANN, Marcio. A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual Representações Sociais de Professores. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS & IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CULTURA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES, Belém. **Anais eletrônicos [...]**. Belém: UFPA, 2021. 15 p. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/13122-programa-de-pos-graduacao-em-educacao-vai-discutir-os-problemas-atuais-que-envolvem-o-sistema-de-educacao-publica-no-brasil>. Acesso em: 21 set. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **As múltiplas dimensões da pobreza – na infância e na adolescência no Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22676/file/multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

WANG, Cuyan *et al.* **Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China**, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7084952/>. Acesso em: 21 set. 2022.

Sobre as autoras

Ivany Pinto Nascimento

Psicóloga, Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). Vinculada ao Instituto de Ciências da Educação e ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará (ICED/PPGED-UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade, Subjetividade, Juventude, Representações sociais e Educação. Coordenadora da Linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade. Produtividade CNPq. E-mail: ivany.pinto@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2455-3676>

Eliana do Socorro de Brito Paixão

Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. É professora permanente da Universidade Federal do Amapá e no Programa de Pós-Graduação em

Educação. Tem experiência na área de Educação, atuando nos seguintes temas: Contabilidade, Educação Ambiental, uso de tecnologia e mídias na educação. É membro associado da ANPED desde 2020. E-mail: elianapaixao0101@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7978-1836>.

Recebido em: 31/03/2023

Aceito para publicação em: 04/05/2023